

JOSÉ MARQUES DE MELO

INDÚSTRIA CULTURAL, JORNALISMO,
JORNALISTAS

1. O campo do Jornalismo: fronteiras

O Jornalismo configura-se contemporaneamente como uma atividade singular da indústria cultural, assumindo a feição de um processo contínuo, transparente e veloz, determinado pela atualidade. Tanto assim que estudiosos europeus como Roger Clausse não hesitam chamar o Jornalismo de processo de informação da atualidade. A sua especificidade está justamente na captação dos acontecimentos que ocorrem, bem como na sua transmissão incontinent, imediata, a cidadãos sequiosos e curiosos por conhecer as novidades.

O que move o Jornalismo, o que lhe dá razão de ser, é a necessidade social da informação. Os indivíduos querem saber o que está acontecendo, o que se passa ao seu redor, o que ocorre no mundo, pela necessidade vital de estabelecer ligação com o meio ambiente, com a comunidade, a sociedade, enfim, estar sintonizado com o seu grupo social. Essa constante sintonização com a atualidade permite uma orientação básica sobre as decisões cotidianas desde as mais elementares, como saber se uso uma roupa de lã porque vai fazer frio, ou se levo o guarda-chuva porque vai chover, até as mais complexas, como decidir sobre a aplicação mais rentável do meu dinheiro (na bolsa de valores, no mercado do ouro ou na caderneta de poupança), o comportamento político a assumir numa eleição ou num debate com parceiros do cotidiano) ou ainda a realização de previsões profissionais (em face da redução das incertezas decorrentes da disponibilidade de dados sobre a conjuntura vivida).

A essência do jornalismo está portanto no processo sócio-psicológico que mantém uma coletividade íntima e permanentemente ligada a instituições

complexas que procuram corresponder às suas expectativas de atualização cognitiva sobre a vida da sociedade.

As páginas dos jornais e das revistas ou as emissões noticiosas veiculadas pelo rádio e pela televisão são simples materializações dessa necessidade social da informação, perdendo a sua significação no próprio ato do consumo. Depois de tomar contacto com uma notícia ou reportagem e de manejar abstratamente os seus componentes informativos, o produto jornalístico é posto de lado pelo leitor ou telespectador. Eventualmente ele pode preservá-lo por um espaço de tempo maior, arquivando um jornal ou gravando em fita magnética o telejornal, mas sempre em função da sua manipulação sócio-cultural. A regra dominante é o refugio da informação jornalística imediatamente após o consumo (no caso dos veículos eletrônicos isso é instantâneo), porque se trata de um processo contínuo. Logo a seguir, no dia posterior (jornal) ou centro de horas (rádio, TV), o consumidor terá à sua disposição novas informações, atualizando os acontecimentos em curso ou registrando novos fatos.

Desta maneira, os cidadãos permanecem vinculados à contemporaneidade e podem participar ou influir na vida social.

O Jornalismo cumpre, assim, um duplo papel de alimentador dos processos de interação social: de um lado, correspondendo à necessidade passiva que tem todo indivíduo de estar sintonizado com o seu meio ambiente; de outro, possibilitando o desempenho de um papel ativo na vida da sociedade, a partir das motivações que lhe são oferecidas para a intervenção no curso dos acontecimentos. Cidadania e Jornalismo são inegavelmente duas faces de uma mesma moeda.

Assim concebido o Jornalismo, torna-se indispensável explicitar o conceito com que estamos trabalhando. Ele está resgatado no nosso livro A Opinião no Jornalismo Brasileiro (versão atualizada da tese de livre docência defendida na ECA-USP) que retoma em grande parte as elaborações teóricas construídas pelo mais representativo dos cientistas do Jornalismo, o alemão Otto Groth.

"Jornalismo é o processo social que se articula a partir das relação (periódica/oportuna) entre organizações formais (editoras/emissoras) e coletividades (públicos receptores), a través de canais de difusão (jornal/ revista/rádio/televisão/cinema) que asseguram a transmissão de informações (atuais) em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos)".

Trabalhando com esse conceito, convém destacar que ele se estrutura a partir de quatro variáveis, constituindo suas características intrínsecas:

Atualidade
Periodicidade
Difusão
Universalidade

Duas são variáveis independentes: a atualidade e a difusão - e duas são dependentes a periodicidade e a universalidade.

A atualidade se nutre do presente (o que se desenvolve sob a minha vista) e do novo (o que chegou ao meu conhecimento agora). Interessa saber não só o que se passa, aqui e agora, mas o que já passou e não era conhecido, pois sem dúvida essa correlação entre contemporaneidade e novidade é que torna a atualidade mais consistente, unindo passado e presente, permitindo entender as rupturas e continuidades da História.

Por sua vez, a difusão corresponde à possibilidade tecnológica de transmissão dos acontecimentos, de modo a torná-los acessíveis à coletividade. Trata-se portanto de uma difusão coletiva, permitindo que muitas pessoas, simultaneamente ou num determinado espaço de tempo, sintonizem os fatos mais recentes. Isso se torna possível através da imprensa, que, fabricando em série textos escritos ou reproduções gráficas, viabiliza a sua circulação ampla. E depois se aperfeiçoa com a radiodifusão ou as inovações eletrônicas que permitem a transmissão à distância, com é o caso do satélites.

As duas outras variáveis gravitam e se robustecem em função das primeiras. Senão, vejamos.

A periodicidade caracteriza-se inicialmente (segundo Dovifat) como um "mecanismo de repetição" (o jornal aparece a cada 24 horas, a revista a cada semana, etc.). Depende diretamente de atualidade e da tecnologia empregada para a circulação da informação. Tanto assim, que o avanço tecnológico, da imprensa gutembergiana aos mecanismos computadorizados da televisão, transformou o próprio sentido da periodicidade, atribuindo-lhe (segundo a observação de Groth) uma "dimensão de tempo", que permite ao Jornalismo refletir o "ritmo da vida". Ou seja, das aparições regulares e fixas (imprensa ou rádio) das emissões jornalísticas, atingimos a aparição oportuna (edições extras), que busca atender instantaneamente aos desejos da população se manter permanentemente atualizada sobre o que ocorre. O Jornalismo moderno vive dos fatos e os difunde concomitantemente à sua ocorrência.

Finalmente, cabe examinar a variável universalidade, que significa historicamente a abrangência de um espectro informativo tão amplo quanto possível, dando ao leitor oportunidade de saber tudo o que acontece. Mas as transformações da sociedade conduziram a alterações na sua significação, pela dependência que existe entre universalidade e as variáveis básicas: atualidade e difusão. Na medida em que se diversificaram os canais do Jornalismo e surgiram veículos segmentados (uma tendência cada vez mais forte), evidentemente a noção de universalidade passou a gravitar em torno dos interesses e expectativas do público a que se dirigem os produtos. Assim, nos veículos de difusão extensiva (ou de informação geral), a universalidade corresponde ao conjunto dos campos de saber possíveis de serem cobertos, enquanto nos veículos de difusão intensiva, a universalidade circunscreve-se aos horizontes de um determinado campo do conhecimento, cuja atualização nem sempre se dá em ritmo veloz, o que justifica a sua aparição em maiores intervalos de tempo.

Entendendo desta maneira o Jornalismo, como um processo social que se dá no seio da indústria da cultura, e que se tornou possível somente depois da invenção de Gutemberg, vale a pena referir às teses de alguns autores dos quais divergimos.

Vamos tomar apenas dois pesquisadores nacionais, de grande projeção

na história da pesquisa brasileira do Jornalismo, para situar melhor o nosso posicionamento.

Celso Kelly, jornalista e professor carioca, autor de vários estudos sobre teoria do jornalismo, propõe em As novas dimensões do Jornalismo, uma conceituação de Jornalismo que se identifica, não como um processo social, mas como um canal de difusão. Jornalismo e imprensa são sinônimos, tanto assim que ele inclui como funções típicas do Jornalismo atividades peculiares aos Publicitários e aos profissionais de Relações Públicas pela circunstância de serem exercidas no espaço do jornal. Originou-se daí a sua proposta pedagógica de um Jornalista Polivalente, raiz dos atuais impasses do currículo mínimo de Comunicação Social.

Luiz Beltrão, jornalista pernambucano e pioneiro da nossa pesquisa universitária do Jornalismo, no seu livro Iniciação à Filosofia do Jornalismo, estabelece uma fronteira histórica do Jornalismo que permite confundir essa atividade com a própria Comunicação Social. O conceito de Beltrão está alicerçado na idéia da atualidade, sem dúvida característica determinante do Jornalismo. Mas não se trata de característica exclusiva. Assim sendo, ele situa o jornalismo, como fizeram outros historiadores eméritos, antes do aparecimento da imprensa, e continua a atribuir expressão jornalística a processos comunicativos que se dão contemporaneamente fora da esfera dos mass-media. Na sua tese de doutoramento -Folkcomunicação, um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de idéias- ele formula uma teoria do FolkJornalismo. As expressões noticiosas que se encontram em manifestações folclóricas, como a "queima do judas", o "bumba-meu-boi" ou os "cantadores de feiras" são, a seu ver, produtos tipicamente jornalísticos.

Por entender que o Jornalismo flui através da combinação indispensável da atualidade e da difusão coletiva, divergimos do mestre Beltrão. A esse respeito, estamos sintonizados com o pesquisador italiano Domenico de Gregorio - autor do livro Metodologia del Giornalismo - para quem tais expressões noticiosas ocorrentes fora da engrenagem dos mass media são evidências de uma "pre-história" do Jornalismo, algumas das quais subsistem residualmente em sociedades "pre-industriais".

Reiteramos assim a nossa compreensão do Jornalismo como atividade industrial que pressupõe a utilização de uma tecnologia de reprodução em série, assegurando a circulação de mensagens de modo coletivo ou massivo. E, como tal, subordina-se a um sistema de produção hierarquizado, estruturado segundo o ritmo da aparição das informações, exigindo, sem dúvida alguma, profissionais qualificados para o exercício das tarefas de catação, edição e difusão noticiosa.

2. A Profissão de Jornalista, mutações

Nos primórdios do Jornalismo, ou seja, nos primeiros jornais ingleses do começo do século XVIII, ou nas publicações francesas dos meados do mesmo século, quando foi abolida a censura prévia nos dois países, a figura do Jornalista confunde-se com a do editor do jornal ou a do que escreve no jornal. Trata-se de uma atividade em fase de configuração ocupacional, cujos

papéis não estão plenamente definidos.

No caso da imprensa francesa essa indefinição perdura por maior tempo, pela natureza eminentemente opinativa do Jornalismo que aí se pratica. A edição de jornais e revistas assume um caráter político, de modo que os protagonistas dessa ação periódica se identificam a partir de um ideal, de um lema, de uma campanha, e se articulam para defender perante a nascente opinião pública os seus pontos de vista. Jornalistas são portanto todos os que comparecem às páginas dos jornais e expressam suas opiniões sobre os fatos correntes.

No caso da imprensa inglesa, esse divisor de águas se apresentou precocemente pelos limites que cedo se estabelecem entre a informação e a opinião. Os jornais ingleses, com as restrições à liberdade de imprensa introduzidas por mecanismos fiscais e financeiros (lei do selo), rapidamente se transformam em empreendimentos comerciais, donde surge a separação entre o redator dos acontecimentos e o escritor das idéias. Ou melhor, entre a reportagem e a página editorial. O jornalista se corporifica portanto na figura do observador cotidiano da realidade, que capta informações junto aos protagonistas dos fatos e os narra sucintamente na imprensa. Atividade próxima, mas distinta, daquela realizada por figuras proeminentes da literatura, das artes ou da política, que comentam os fatos e os interpretam.

A profissão de Jornalista é assim uma decorrência do processo de industrialização da imprensa e da sua transformação em atividade de consumo para as grandes massas. Quando, em meados do século XIX, as inovações tecnológicas, como a máquina a vapor, a clicherie, as rotativas, permitiram o lançamento de jornais com grandes tiragens, em edições sucessivas, correspondendo ao desejo de informação contínua por parte dos contingentes populacionais das grandes cidades européias e norte-americanas, tornou-se inevitável a profissionalização dos agentes da informação de atualidades.

Para manter uma estrutura industrial, em condições compatíveis com a rentabilidade do investimento feito, as organizações jornalísticas tiveram paulatinamente que treinar pessoas para o exercício exclusivo da atividade noticiosa, tornando-os trabalhadores intelectuais qualificados.

O que identifica a profissão do Jornalismo é a exclusividade, ou seja, o seu exercício separado do de outras profissões. A empresa jornalística passa a remunerar pessoas que trabalham exclusivamente para a produção de relatos dos fatos e para a elaboração de interpretações sobre os seus desdobramentos.

Esse, contudo, não era o padrão dominante na atividade jornalística. As organizações do ramo se nutriam da colaboração de intelectuais de vários matizes e procedências que de um modo geral acorriam às suas colunas em busca de notoriedade, mesmo em troca de uma remuneração simbólica.

No panorama brasileiro, foi comum, no fim do século passado e começo deste, a presença de grandes escritores nos jornais e revistas, escrevendo não apenas para completar o seu orçamento doméstico, mas sobretudo para encontrar possibilidades de difusão da sua própria produção literária, abrigada em páginas específicas dessas publicações. E não apenas de escritores - prosadores e poetas - mas também de políticos ou de vocações políticas. Pessoas que se valiam das colaborações em jornais ou revistas para penetrar

no mundo da política e da economia, para se aproximar da engrenagem do Estado ou das empresas, visando obter outros dividendos.

Esse fenômeno não é tipicamente brasileiro. Trata-se de uma tendência notada também nos países europeus, no início deste século e que talvez não tenha se extinguido totalmente. No seu ensaio "A política como Vocação", Max Weber formula uma "teoria da escada", mostrando como o Jornalismo foi útil para a ascensão de muitos políticos alemães. Eles emergem nas colunas dos jornais, adquirem notoriedade, articulam-se com os dirigentes partidários, facilmente penetram no mundo da política profissional e ali se intalam definitivamente.

Esse artifício continua vigente nos dias atuais, principalmente na nossa sociedade, onde se torna comum a ascensão de líderes políticos que se notabilizaram pela sua incursão no Jornalismo.

Se tendências dessa natureza ainda se verificam, elas não são predominantes. Com os processo da industrialização do Jornalismo e a sua transformação em atividade exclusiva (diferenciando-se da Publicidade e das Relações Públicas, com as quais mantinha íntima relação no passado), criou-se uma estrutura de profissionalização (pioneiramente nos Estados Unidos) que permitiu aos jovens vocacionados para a atividade noticiosa se especializarem no seu metier, dominando com segurança os seus instrumentos de trabalho e consequentemente desempenhando um papel dotado de maior relevância social.

O jornalismo deixou de ser um "bico" executado por pessoas que realizavam prioritariamente outras atividades e se valiam da imprensa de modo suplementar. Através da profissionalização, as empresas jornalísticas puderam oferecer aos seus consumidores produtos de melhor qualidade e consequentemente tiveram chance de buscar uma maior sintonização com os interesses e expectativas do seu público.

Os caminhos da profissionalização do Jornalismo cruzaram sem dúvida a universidade, pois, com a sua expansão, os próprios empresários do ramo sentiram necessidade de contar com pessoas treinadas e dotadas de formação superior. Em outras palavras, o sistema convencional de treinamento de recursos humanos no batente mostrou-se ineficaz e oneroso, fazendo com que o empresariado reivindicasse da universidade o desenvolvimento de atividades para esse fim.

Nos Estados Unidos, a primeira iniciativa duradoura de formação de Jornalistas na Universidade partiu de um dos maiores business-men de imprensa: Joseph Pulitzer. No início do século, ele propõe à Universidade de Harvard uma doação substancial para que aquela instituição criasse um programa de formação de jornalistas. Não chegando a um acordo com o Reitor Eliott sobre a filosofia do programa de ensino de Jornalismo, ele formaliza a doação à Universidade de Columbia, que cria uma Escola de Jornalismo em nível pósgraduado, destinada a oferecer treinamento jornalístico a jovens egressados dos cursos de humanidades, interessados em trabalhar na imprensa.

Mas, antes mesmo que Pulitzer conseguisse instalar a escola de jornalismo que patrocinava, a Universidade de Missouri se adiantava, por iniciativa do Reitor Walter, graduação, destinada a formar profissionais para a atividade

noticiosa. Característica da escola pioneira: ela tinha como espaço de experimentação um jornal diário, criado para ser laboratório vivo e também para servir à comunidade local - The Daily Missourian.

Os padrões educacionais testados e sedimentados, tanto em Columbia quando em Missouri, serviram para vitalizar o processo de profissionalização dos jornalistas norte-americanos. Essa indústria em expansão exigia recursos humanos qualificados e sem dúvida as escolas de Jornalismo que surgiram no país procuraram atender à demanda existente.

No Brasil, a aspiração pela formação universitária dos jornalistas nasce da organização sindical dessa categoria. Durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Jornalistas, reunido no Rio, em 1918, surge uma recomendação à nascente ABI: criar uma escola de jornalismo para melhor adestrar os profissionais da área. Pela leitura de documentos da época, percebe-se uma expectativa dos que atuavam na imprensa de implementar através da formação sistemática, a profissionalização, já que o Jornalismo não era ainda uma atividade remunerada estável.

Trinta anos depois, entremeada por inúmeras tentativas de se criar escolas de jornalismo no Brasil, um empresário paulista, Cásper Líbero, lança a tese de formação universitária dos jornalistas. Sua proposta nasce da experiência como empresário e da constatação de que não era possível fazer um jornal moderno, ágil, dinâmico, sem contar com profissionais qualificados. Onde buscá-los? Na universidade. A exemplo de Pulitzer, ele instituiu, em testamento, a criação da primeira escola de jornalismo no país.

O processo de profissionalização dos jornalistas avançava na esfera sindical, onde se esboça um esprit du corps, sedimentado pelos congressos nacionais e pelas reuniões locais. Lutando por melhorias salariais e pela regulamentação das condições de trabalho, os jornalistas brasileiros forjam pouco a pouco a fisionomia de uma categoria profissional, de uma corporação intelectual.

Mas a profissionalização só se consolida na década de 60, quando as empresas começam a se estruturar industrialmente e a organizar o trabalho nas redações, utilizando métodos de renovação técnica. Esse é o momento que marca a introdução dos padrões do jornalismo norte-americano no Brasil. A Editora Abril torna-se pioneira na profissionalização a partir da exigência de exclusividade dos seus contratados. Pagando melhores salários, impede que seus profissionais possuam outros "bicos". As demais empresas vão seguindo pouco a pouco essa trilha e o Jornalismo passa a ser uma profissão reconhecida.

O coroamento vem com a legislação de 1969, que determina o exercício da profissão como terreno exclusivamente reservado para os portadores de diploma superior, garantidos os direitos adquiridos. Como decorrência da regulamentação profissional, os cursos de jornalismo são valorizados e começa a luta pela melhoria das condições de ensino e pesquisa.

A exigência do diploma fez crescer o número de cursos superiores de jornalismo. Hoje, existem aproximadamente 50 instituições formando jornalistas no Brasil.

Essa reserva de mercado provoca reação das empresas do ramo, que defendem o princípio da liberdade de trabalho, segundo critérios de competência profissional. Na verdade, a legislação nem sempre foi

integralmente cumprida, verificando-se brechas que permitiram o ingresso de não-diplomados. Estes passaram por períodos de exercício profissional dentro das redações e depois legalizaram a situação, como provisionados ou colaboradores.

O balanço da regulamentação profissional dos Jornalistas no Brasil, vinte anos depois da sua vigência, oferece duas perspectivas.

1) O fluxo de jornalistas com formação superior, datados de preparação técnica, bagagem humanística e formação ética, contribuiu para modernizar o Jornalismo Brasileiro, tornando-o mais ágil, completo e contemporâneo. Isso marcou a profissão nas décadas de 70 e 80, reduzindo sensivelmente as distorções anteriores, quando se notava a cooptação ostensiva dos jornalistas pelos donos do poder, sobretudo nas regiões menos desenvolvidas.

2) Em contrapartida, a restrição de acesso profissional aos não-diplomados pelos cursos de jornalismo vem induzindo, nos últimos anos e uma acomodação das instituições educacionais atuantes na área. Como conseqüência, caiu o nível dos jornalistas diplomados, acarretando prejuízos aos cidadãos que consomem notícias cotidianamente. Com poucas exceções, as escolas de comunicação que formam jornalistas estão se esclerosando rapidamente, porque não dominam a competência tecnológica do novo jornalismo e também porque enveredaram por um academicismo inconsequente, agravado pelos vieses ideológicos adquiridos no período de resistência à ditadura militar e que não foram abandonados nesta conjuntura de transição democrática.

Torna-se inevitável, portanto, a revisão da legislação que regulamenta o exercício profissional, de modo a evitar a perpetuação de privilégios que podem conduzir à mediocrização do nosso Jornalismo. Igualmente faz-se indispensável a reestruturação dos programas universitários de formação dos jornalistas, contemplando as novas demandas ocupacionais (especialização, segmentação e serviço, bem como correspondendo aos anseios sociais que priorizam a previsão informativa, o contexto histórico e a explicação detalhada dos fatos, em detrimento das manipulações cognitivas que turvam a compreensão dos cenários noticiados e estigmatizam os protagonistas das reportagens.

FONTES DE REFERÊNCIA

- BARBOSA, Rui.** "A imprensa e o dever da verdade", 2ª ed. São Paulo, EDUSP/COM-ARTE, 1990.
- BARBOSA LIMA SOBRINHO.** "O problema da imprensa", 2ª ed. São Paulo, COM-ARTE, 1988.
- BELAU, Angel Faus.** "La ciencia periodística de Otto Groth", Pamplona, EUNASA, 1966.
- BELTRÃO, Luiz.** "Iniciação à filosofia do jornalismo", 2ª ed. São Paulo, EDUSP/COM-ARTE, 1991.
- BELTRÃO, Luiz.** "Folk-Comunicação", (tese de doutoramento). Brasília, UnB, 1967.
- BENEYTO, Juan.** "El saber periodístico", 2ª ed. Madrid, Nacional 1974.
- BOHERE, G..** "Profesión periodista", Genebra, OIT, 1985.
- CLAUDE, Roger.** "Le journal et l'actualité", Bruxelles, Marabout, 1963.
- DE GREGORIO, Domenico.** "Metodología del giornalismo", Romo, Instituto Italiano de Publicismo, 1960.
- DINES, Alberto.** "O papel do jornal", 4ª ed. São Paulo, Summus, 1986.
- DOVIFAT, Emil.** "Periodismo", 2 vols. México, Utheu, 1960.
- JOBIM, Danton.** "O espírito do jornalismo", 2ª ed. São Paulo, EDUSP/COM-ARTE, 1991.
- KELLY, Celso.** "As novas dimensões do jornalismo". Rio de Janeiro, Agir, 1966.
- KUNKZIK, Michael.** "Concepts of journalism - North and south", Bonn, Friedrich Ebert Foudation, 1988.
- LINS DA SILVA, Carlos Eduardo.** "O adiantado da hora", São Paulo, Summus, 1991.
- MARQUES DE MELO, José.** "A opinião no jornalismo brasileiro", Petrópolis, Vozes, 1985.
- MARQUES DE MELO, José.** "Comunicação e modernidades", São Paulo, Loyola, 1991.
- MEDINA, Cremilda.** "Profissão jornalista: responsabilidades social", Rio de Janeiro, Forense, 1982.
- NODESTRENG, Kaarl e TOPUZ, Hifzi.** "Journalis, status, rights and responsibilities", Praga, OIJ, 1989.
- WEBER, Max.** "Ensaio de sociologia", Rio de Janeiro, Zahar, 1981.